

Demonstrações Financeiras

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

31 de dezembro de 2014 e 2013
com Relatório dos Auditores Independentes
sobre as demonstrações financeiras

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



Condomínio do Edifício Queiroz Galvão
Centro Empresarial - Torre Cícero Dias
Rua Padre Carapuceiro, nº 858, 8º/10º
andar, CEP 51.020-280
51020-280 - Recife, PE, Brasil
Tel: (5581) 3201-4800
Fax: (5581) 3201-4819
www.ev.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de janeiro de 2014, que não conteve qualquer modificação e com ênfase quanto à fase pré-operacional do empreendimento.

Recife (PE), 4 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015.199/O-6-F-PE

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Francisco da Silva Pimentel', written over a horizontal line.

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-T-PE

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30	210
Aplicações financeiras	4	36.860	3.990
Tributos a recuperar	6	1.748	1.168
Outros créditos		37	34
Despesas antecipadas		58	135
		38.733	5.537
Não circulante			
Caixa restrito	5	13.133	-
Tributos a recuperar	6	-	9.221
Outros créditos		25	-
Ativo financeiro indenizável	7	839.286	487.174
Imobilizado		208	224
		852.652	496.619
Total do ativo		891.385	502.156

	Nota	2014	2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	9.276	49.730
Debêntures	10	-	198.467
Empréstimos e financiamentos	9	31.729	-
Tributos a recolher	6	1.747	1.355
PIS e cofins diferidos	11	7.615	-
Obrigações estimadas		664	705
		51.031	250.257
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	330.650	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		42.100	-
PIS e cofins diferidos	11	70.019	45.064
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	22.990	4.021
		465.759	49.085
Patrimônio líquido	14		
Capital social		330.000	195.000
Reservas de lucros		44.595	7.814
		374.595	202.814
Total do passivo e patrimônio líquido		891.385	502.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	15	319.542	392.410
Custo da infraestrutura	16	(247.328)	(370.085)
Lucro operacional bruto		72.214	22.325
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais		(26)	(1.329)
Outras receitas operacionais		227	-
		201	(1.329)
Resultado do serviço		72.415	20.996
Resultado financeiro			
Receita financeira	17	2.996	4.826
Despesa financeira	17	(19.662)	(14.805)
		(16.666)	(9.979)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		55.749	11.017
Imposto de renda e contribuição social diferidos:			
Imposto de renda	12	(13.947)	(2.754)
Contribuição social	12	(5.021)	(991)
		(18.968)	(3.745)
Lucro líquido do exercício		36.781	7.272
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)		330.000	195.000
Lucro básico e diluído por lote de 1000 ações – R\$		111,46	37,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	36.781	7.272
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>36.781</u>	<u>7.272</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	30.001	28	385	129	-	30.543
Aumento de capital	164.999	-	-	-	-	164.999
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.272	7.272
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	364	-	-	(364)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	1.727	(1.727)	-
Retenção de lucros	-	-	5.181	-	(5.181)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	195.000	392	5.566	1.856	-	202.814
Aumento de capital (Nota 13)	135.000	-	-	-	-	135.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.781	36.781
Destinação do lucro						
Reserva legal	-	1.839	-	-	(1.839)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	8.736	(8.736)	-
Retenção de lucros	-	-	26.206	-	(26.206)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	330.000	2.231	31.772	10.592	-	374.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações de fluxo de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	36.781	7.272
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	26	24
Remuneração dos ativos de concessão	(79.291)	(23.161)
Receitas, juros e variações monetárias líquidas	18.627	14.734
PIS e Cofins diferidos	32.570	39.997
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.968	3.745
Rendimentos de Aplicação Financeira	(2.728)	-
	24.953	42.611
(Aumento) redução no ativo		
Tributos a recuperar	8.641	(10.301)
Ativo financeiro indenizável	(272.821)	(409.246)
Outros créditos	(28)	(5)
Despesas antecipadas	80	129
	(264.128)	(419.423)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(40.454)	49.284
Tributos a recolher	391	1.342
Obrigações estimadas	(42)	-
Outros passivos	-	560
	(40.105)	51.186
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	(279.280)	(325.626)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(43.274)	39.664
Aplicações no imobilizado	(11)	(39)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(43.285)	39.625
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	42.100	-
Aumento do capital social	135.000	164.999
Amortização de principal e juros de debêntures	(200.298)	-
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	345.583	121.025
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	322.385	286.024
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(180)	23
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa		
Saldo no início do exercício	210	187
Saldo no final do exercício	30	210
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(180)	23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (a “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se atualmente em fase pré-operacional com previsão para entrada em operação comercial para o primeiro semestre de 2015.

Pelo Contrato de Concessão nº 22/2011, de 30 de novembro de 2011, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as seguintes instalações de transmissão:

- LT 500 kV Luis Gonzaga - Garanhuns - 2º circuito, com origem no Estado do Alagoas e término no Estado de Pernambuco, com extensão de 224 km;
- LT 500 kV, Garanhuns - Pau Ferro - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 239 km;
- LT 500 kV, Garanhuns - Campina Grande III - circuito simples, com origem no Estado de Pernambuco e término no Estado da Paraíba, com extensão de 190 km;
- LT 230 kV, Garanhuns - Angelim I - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 13 km;
- Seccionamento das LT 500 kV Angelim II - Recife - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 166 km (2 x 83 km);
- Seccionamento da LT 500 kV Luis Gonzaga - Angelim II - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 6 km (2 x 3 km);
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C4 - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km);
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km);
- SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco; e
- SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 12.273 (R\$ 244.720 em 31 de dezembro de 2013), em função da aplicação de recursos na construção das linhas de transmissão. A Administração entende que essa situação será revertida no curto prazo, considerando aporte de capital dos acionistas, emissão de debênture no valor de R\$ 120.000, em andamento, com previsão de desembolso no primeiro semestre de 2015 e o início de operações da Companhia no primeiro semestre de 2015, cuja Receita Anual Permitida (RAP) é garantida pelo poder concedente.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		Índice de correção
		Vigência até	RAP(*)	
022/2011	30	22/09/2041	68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 7.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 4 de fevereiro de 2015.

a. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados relevantes estão relacionadas aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo financeiro, determinação das receitas de construção, definição da taxa efetiva de juros do ativo financeiro, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, quando existentes.

Contabilização de contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para os contratos de concessão da Companhia e suas características estão demonstrados nas Notas 2.1 e 7.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização será reconhecido quando a construção for finalizada, sendo incluído como remuneração dos serviços de construção.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas---Continuação

Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é fixa e determinada com base nos custos efetivos do projeto original vinculado ao contrato de concessão. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxa de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, dessa forma, por consequência, apura margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Valor do ativo indenizável

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

As receitas da Companhia são:

Receita de construção

Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento.

Receita financeira

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva, sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

c. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

c. Tributos diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de construção e financeira que remunera o ativo financeiro. O recolhimento de tais tributos ocorrerá quando a Companhia tiver suas atividades em operação e ocorrer o efetivo faturamento da RAP e, conseqüente, a amortização do ativo financeiro.

d. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment* (redução do valor recuperável do bem ativo).

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado do exercício.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado--Continuação

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e as aplicações financeiras.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis--Continuação

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendia, as contas a receber (ativo financeiro da concessão).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Administração não identificou evidência objetiva de redução ao valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a constituição de provisão.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Quando da baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados será reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram baixas de ativos financeiros que impactaram os direitos contratuais.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

e. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f. Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, inclui os valores a receber referentes aos serviços de construção e da receita financeira, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão, como já mencionado nas Notas 2.1 e 7.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber.

g. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 2 de junho de 2009.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

h. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

i. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável". Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

l. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

m. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)

A Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- O concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- O concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos", no passivo não circulante, e como deduções da receita operacional bruta, nas demonstrações de resultados.

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda estão em vigor

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 2014.

Em relação à adoção dos pronunciamentos e interpretações listados abaixo, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, os mesmo não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2014. São eles:

- Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 – Entidades de investimentos;
- Modificações às IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros;
- IFRIC 21 – Tributos; e
- Revisão IAS 39 – Renovação de derivativos e continuidade de contabilidade de hedge.

Os pronunciamentos novos e as modificações listadas a seguir, que foram emitidos e possuem aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. São eles:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros; e
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 – Data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	30	210
	30	210

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Aplicações financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CDB - Certificados de Depósitos Bancários	36.860	3.990
	36.860	3.990

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em CDB - Certificados de Depósitos Bancários, todos com vencimento superior a 90 dias, com taxa de remuneração que variam de 90% a 106% do CDI.

5. Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou saldo de R\$ 13.133, referentes a contas de reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

6. Tributos a recuperar e a recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	1.748	1.168
	1.748	1.168
Não circulante:		
ICMS a recuperar (a)	-	9.221
	-	9.221
	1.748	10.389
Passivo		
Circulante:		
IRRF a recolher	19	7
ISS a recolher	1.718	1.336
PIS/COFINS/CSLL a recolher	10	12
	1.747	1.355

(a) Refere-se à contestação pela suspensão de ICMS Fronteiras recolhido antecipadamente através de notas fiscais de remessa emitidas entre os meses de maio e novembro de 2013, de acordo com Art. °1 da Portaria emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco SF/PE n° 251 de 9 de dezembro de 2013. Durante o exercício corrente, esse valor foi reclassificado para o custo de construção da infraestrutura de transmissão.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo financeiro indenizável

	2014	2013
Saldo inicial	487.174	54.767
Remuneração dos ativos da concessão	79.291	23.161
Receita de infraestrutura	272.821	409.246
Saldo final	839.286	487.174

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União – Poder Concedente e a Interligação Elétrica Garanhuns S.A. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a. Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- b. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para a construção da infraestrutura de transmissão. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de fornecedores é R\$ 9.276 (R\$ 49.730 em 31 de dezembro de 2013).

9. Empréstimos e financiamentos

	<u>2014</u>
Moeda Nacional	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1)	
Principal	362.077
Encargos	925
	<u>363.002</u>
(-) Custos de transação	(623)
	<u>362.379</u>
Circulante	(31.729)
Não circulante	330.650

(1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos oriundos do Fundo de Amparo Ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP, a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são de 2,05% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e estão amortizando nas mesmas bases de amortização dos empréstimos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

Vencimento por exercício:	<u>2014</u>
2016	30.830
2017	30.830
2018	30.830
2019	30.830
Após 2019	207.330
	<u>330.650</u>

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures

	<u>2013</u>
Passivo:	
Principal	183.556
Encargos	14.971
	<u>198.527</u>
(-) Custos de transação	(60)
	<u>198.467</u>

A movimentação das debêntures é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	198.467	62.708
Juros e variações monetárias	1.831	14.734
Pagamento/Transação	<u>(200.298)</u>	121.025
Saldo final	<u>-</u>	<u>198.467</u>

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de debêntures, os quais foram amortizados nas mesmas bases de amortização das debêntures.

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, e sem possibilidade de conversão em ações da Companhia. Durante o exercício de 2013 foram emitidos mais três lotes da 1ª emissão de debêntures no montante de R\$ 121.025.

A liquidação dos juros e do valor nominal unitário das debêntures foi efetuada em uma única parcela no dia 10 de fevereiro de 2014.

11. PIS e Cofins diferidos

As contribuições de PIS e Cofins incidem sobre a receita de construção e financeira, que remunera o ativo financeiro. O total destes tributos é R\$ 77.634 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 45.064 em 31 de dezembro de 2013). O recolhimento ocorrerá quando da entrada em operação da linha, no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não apresenta resultado para fins da apuração do imposto de renda e contribuição social corrente por estar em fase pré-operacional. Portanto, o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente das diferenças temporárias em consequência da aplicação dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC, principalmente da aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R\$ 22.990 (R\$ 4.021 em 31 de dezembro de 2013). O valor da despesa correspondente é de R\$ 18.968 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3.745 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013). A taxa efetiva apurada está similar à taxa nominal de 34%.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências

A Companhia possui em andamento ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia em 31 de dezembro de 2014, que totalizam aproximadamente R\$ 43.429, os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$350.000.

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 330.000 (R\$ 195.000 em 31 de dezembro de 2013), representado por 330.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

O Conselho de Administração aprovou os aportes, em moeda corrente, nos montantes de R\$ 49.999, R\$ 25.000, R\$ 50.000 e R\$ 40.000, conforme aprovado em Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração, datadas em 2 de agosto, 29 de agosto, 04 de outubro e 14 de novembro de 2013, respectivamente, totalizando R\$ 164.999.

O Conselho de Administração aprovou aporte no capital social no montante de R\$ 135.000, mediante aporte dos acionistas, em moeda corrente do país, conforme aprovado em Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração, datadas de 14 de fevereiro, 13 de fevereiro e 21 de março de 2014.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	Quantidade de ações		%
	2014	2013	
CTEEP	168.300.000	99.450.000	51%
CHESF	161.700.000	95.550.000	49%
	330.000.000	195.000.000	100%

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2013, a Administração não propôs o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 8.736 (2012: R\$ 1.727), considerando que a situação financeira da Companhia ser incompatível com o pagamento desses dividendos e por a Companhia encontrar-se em fase pré-operacional, nos termos do Art. 202, da Lei 6404/76. Assim, propôs a constituição para a reserva de retenção de lucro, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerão à disposição dos acionistas para futuras destinações.

c) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Lucro líquido exercício	36.781	7.272
(-) Reserva legal	(1.839)	(364)
Base de cálculo	34.942	6.908
Dividendos mínimos obrigatórios	8.736	1.727

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Administração não constituiu a obrigação de pagamento dos dividendos mínimos, em razão da Companhia está em fase pré-operacional e, dessa forma, não apresentar geração de caixa operacional. O valor correspondente de dividendos mínimos desses exercícios, foram registrados, como reserva especial no patrimônio líquido.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita operacional		
Remuneração dos ativos da concessão (a)	79.291	23.161
Receita de infraestrutura (b)	272.821	409.246
	352.112	432.407
Deduções da receita operacional		
PIS	(5.810)	(7.134)
Cofins	(26.760)	(32.863)
	(32.570)	(39.997)
Receita operacional líquida	319.542	392.410

(a) Remuneração dos ativos da concessão

A receita pela remuneração dos ativos da concessão é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(b) Receita de infraestrutura

A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

16. Custos dos serviços de construção e despesas operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos da infraestrutura	(247.328)	(370.085)
Administrativas e gerais	(26)	(1.329)
Outras receitas operacionais	227	-
	(247.127)	(371.414)
Serviços de construção	(160.597)	(74.787)
Faixa de servidão	(12.004)	-
Tributos e taxas	(25.245)	-
Material de construção	(38.368)	(258.582)
Estudos e projetos	(3.037)	(5.108)
Salários e encargos sociais	(2.428)	(2.092)
Remuneração da administração	(885)	(670)
Desapropriações	(4.325)	(21.335)
Outras despesas	(238)	(8.840)
	(247.127)	(371.414)

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita e despesa financeira

	2014	2013
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.728	4.743
Outras receitas financeiras	268	83
	<u>2.996</u>	<u>4.826</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(18.627)	(14.734)
Outros	(1.035)	(71)
	<u>(19.662)</u>	<u>(14.805)</u>
Resultado financeiro	<u>(16.666)</u>	<u>(9.979)</u>

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *swap* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação – R\$
2014		
Reais	+20	(3.725)
Reais	-20	3.725
2013		
Reais	+20	(2.947)
Reais	-20	2.947

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

19. Cobertura de seguros

A Companhia contratou o seguro garantia para cobertura pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 022/2011, firmado com a ANEEL. A vigência do seguro iniciou-se em 20 de novembro de 2011 com vigência até 31 de maio de 2015, período contratual de construção das instalações de transmissão. A importância segurada total é de R\$ 47.100. O escopo de trabalho de nossos auditores não contempla a avaliação da suficiência da cobertura de nossos seguros.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui compromissos firmados referentes à compra de materiais e prestação de serviços no montante de R\$ 88.227. O saldo apresenta-se concentrado nos fornecedores, conforme tabela a seguir:

Contrato	Fornecedor	Objeto	31/12/2014
CT-IEG 016/2012	ABB LTDA	SE Pau Ferro	29.786
CT-IEG 017/2012	ABB LTDA	SE Garanhuns	26.415
CT-IEG 012/2012	Tabocas Participações Empreendimentos S/A	Projeto e Construção de LTs	19.831
CT-IEG 019/2013	ATP Energia	Fiscalização SE	1.984
CT-IEG 009/010/2013	Alubar Meatis e Cabos S/A	Cabos de Alumínio	1.300
CT-IEG 013/2013	AVSI	Estudos Ambientais	1.203
CT-IEG 017/2013	Biocev Serviços de Meio Ambiente Ltda	Consultoria Ambiental	1.142
CT-IEG 024/2013	Biocev Serviços de Meio Ambiente Ltda	Consultoria Ambiental	805
CT-IEG 014/2012	Brametal Sul Metalúrgica Ltda	Suprimento de Torres	779
CT-IEG 007/2013	Furukawa Industrial S/A Produtos Elétricos	Cabo OPGW e Acessórios	745
CT-IEG 023/2013	AVSI	Estudos Ambientais	562
CT-IEG 014/2013	Biocev Serviços de Meio Ambiente	Consultoria Ambiental	560
CT-IEG 020/2012	ATP Energia Ltda	Engenharia de Análise Técnica de Projetos	422
CT-IEG 010/2014	Ivo Barbosa e Adv	Consultoria Tributária	323
CT-IEG 025/2013	Arqueotec Empresa de Consultoria e Gestão	Monitoramento Arqueológico	300
CT-IEG 016/2014	Interest Engenharia Ltda	Consultoria Técnica Inspeção e Testes de Equipamentos	235
CT-IEG 002/2011	Mapasgeo Topografia e Projetos Ltda	Atividades Fundiárias	222
CT-IEG 030/2012	Electrovidro S/A	Isoladores de Disco de Vidro – 120kN E 240kN	202
CT-IEG 006/2013	Datas Engenharia de Avaliações Ltda	Consultoria Jurídica	200
CT-IEG 011/2014	Arqueotec Empresa de Consultoria e Gestão Ltda	Monitoramento Arqueológico	192
CT-IEG 026/2013	PC Eletric Ltda	Inspeção Testes Equipamentos	151
CT-IEG 028/2012	Tabocas Participações Empreendimentos S/A	Material de Sinalização e Aterramento	144
CT-IEG 010/2013	Carlioni & Oliveira Soc. De Advogados	Consultoria Jurídica	115
CT-IEG 015/2012	Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	Suprimento de Torres	103
CT-IEG 015/2014	Alstom Grid Energia Ltda	Testes de Equipamentos	82
CT-IEG 001/2011	JGP Consultoria e Participações Ltda	Meio Ambiente	70
CT-IEG 018/2013	Multiempreendimentos Engenharia Consultiva Ltda.	Fiscalização LT	57
CT-IEG 003/2011	Tacta Enercom Serviços de Engenharia LTDA	Projetos Elétricos LT	49
CT-IEG 016/2013	ABB Ltda	Estudos Circuitos	43
CT-IEG 005/2011	Leme Engenharia Ltda	Projetos Elétricos SE	39
CT-IEG 013/2013	Associação Respeita Januário	Meio Ambiente	38
CT-IEG 004/2011	Mapasgeo Topografia e Projetos LTDA	Topografia	33
CT-IEG 033/2012	Sae Towers Brasil Torres de Transmissão	Ferragens e Acessório p/ cabos condutores e para-raios	25
CT-IEG 022/2013	Ernst & Young	Auditoria Externa	18
CT-IEG 002/2013	Carlioni & Oliveira Soc. De Advogados	Consultoria Jurídica	16
CT-IEG 011/2013	Biocev Serviços de Meio Ambiente Ltda	Consultoria Ambiental	15
CT-IEG022/2013	Previne Centro de Vacinação do Agreste	Campanha Vacinação	7
CT-IEG 014/2014	ATP Energia Ltda	Consultoria Relatório MME - R4	6
CT-IEG 020/2013	Soluções Rent a Car	Aluguel de Veículos	4
			88.227